

A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL NAS RELAÇÕES COM A AMÉRICA DO SUL NOS GOVERNOS FHC E LULA

Édio Pullig Fernandes*

Resumo:

O presente estudo tem como proposta analisar a política exterior do Brasil nas relações com a América do Sul nos governos de Fernando Henrique e Lula, pesquisando se houve ou não uma maior aproximação com os demais países sul-americanos durante suas gestões, em contraposição a um histórico onde as relações exteriores do Brasil com as demais nações da América do Sul. Estas foram tradicionalmente marcadas por um clima de isolamento, onde o Estado brasileiro, desde o seu processo de construção, via-se numa possível eminência diante dos países hispano-americanos. Porém, nos primórdios dos anos de 1990, notamos uma possível ruptura nessa política externa com o advento do Mercosul, reunindo-se assim, Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, na busca de uma união alfandegária, com liberação do comércio entre os países.

Palavras-chave

Relações exteriores – FHC e Lula – América do Sul

Abstract:

Our goal is the analysis of the brazilian external policy in the relations with South America during Fernando Henrique's and Lula's governments, researching if there was a larger approach among Brazil and the other south-american countries during their governments, opposed to the historical fact, where the external relations between Brazil and the other south-american countries were traditionally marked with isolation, when the brazilian State, since its creation, was outstanding when compared to the hispan-american countries. However, in the early 1990's, we can see a possible rupture in this external policy with the outcome of the "Mercosul", wich

* Instituição de origem: Universidade Severino Sombra

caused the gathering of Brazil, Uruguay, Paraguay and Argentina, seeking a tax union, with trade liberation among those countries.

Key words

External relations – FHC and Lula – South America

A política exterior entre o Brasil e os demais Estados sul-americanos foi marcada durante extensos momentos por um aspecto conflituoso. Enquanto no processo de emancipação política as colônias hispano-americanas tornaram-se independentes brandindo a bandeira republicana após uma luta sangrenta¹, o Brasil emergiu como monarquia, com a elevação do herdeiro do trono português ao título de imperador do novo Estado. Edificou-se nesse ponto, um momento que iria gerar grandes querelas e um isolamento do Brasil no cenário sul-americano por todo o século XIX.

Diante de sua monarquia detentora de um poder centralizado, muito embora não apaziguadora de conflitos, os “outros”, eram vistos como o âmago da desordem, da fragmentação e da beligerância. O Império Brasileiro, fomentado pela união, deveria combatê-los, tornar-se a oposição mais rígida contra o ideal republicano, enquanto para os hispano-americanos, o inimigo não era o povo brasileiro, mas sim a monarquia e o imperador. Era contra eles que a guerra deveria apontar. Para os argentinos, por exemplo, o Império Brasileiro possuía uma identidade européia e anti-americana.

Malgrado o conflito ideológico e político, também se erguiam conflitos no que tange às questões fronteiriças, como no caso da província Cisplatina, onde Brasil e Argentina duelaram, cada um reivindicando suas “fronteiras naturais” e seus direitos sobre a então Banda Oriental. Desta forma, nossas relações no período após a Independência, sobretudo com os nossos mais próximos parceiros comerciais (Argentina, Uruguai e Paraguai) foram marcadas pela tensão. Não obstante o embate entre Brasil e Argentina, ainda houve a Guerra do Paraguai, em que Brasil, Argentina e

¹ Esse é o diferencial da América Espanhola, ou seja, as independências foram conquistadas após cerca de 15 anos de guerra contra a Espanha, diferentemente do caso brasileiro.

Uruguai se uniram numa “Tríplice Aliança” contra aquele que nomeia a guerra, num dos episódios mais sangrentos e discutidos da história da América Latina.

Com a Proclamação da República, pelo menos em tese, esse quadro de distanciamento e conflitos entre o Brasil e os demais Estados que eram ex-colônias espanholas deveria mudar, já que o embate político ideológico entre Repúblicas e Império poderia ser superado. Contudo, o quadro de distanciamento com a América do Sul se manteve, havendo apenas tentativas de aproximação com os EUA. Com efeito, nos primórdios do século XX, ainda estávamos envoltos num conflito com a Bolívia por questões fronteiriças, de onde resultou a anexação do que hodiernamente chamamos de Acre, “hoje um estado da federação, no felizmente último conflito com nossos vizinhos”(NOVAES, 2006, 26) .

Sendo assim, as distinções que edificavam um fosso entre Brasil e os demais países sul-americanos permaneceram, sob a égide das mesmas argumentações anteriores. E, como bem registra Maria Lígia Prado, “[...] a monarquia precisava ser superada, mas isto não significava destruir o que ela havia legado a nação, a começar pela ‘manutenção da unidade e grandeza do território’” (PRADO, 2001, 139).

Ressaltamos, assim, que a Proclamação da República não foi o marco divisor no fim dos conflitos entre Brasil e os hispano-americanos, e também não foi o divisor de águas que inicia nossa aproximação e identificação como um todo, portador de mais similaridades que antagonismos. Foi somente na era Vargas, após aproximadamente quatro décadas de período republicano, que se deu um primeiro momento de aproximação com a América do Sul.

No entanto, com o aparecimento das ditaduras militares na América Latina no início dos anos 1960, a pequena integração que o Brasil começou a buscar a partir de Vargas é mais uma vez condenada. Órgãos como a Associação Latino-americana de Livre-comércio (Alalc), que havia melhorado muito as relações comerciais inter-regionais, tendo inclusive transitado por meios que previam uma integração política, é substituída pela Associação Latino-americana de Integração (Aladi), com objetivos mais tímidos, focando-se mais na questão de uma complementaridade industrial. Foi um momento onde a política externa voltada à integração latino-americana se reduziu a índices ínfimos. Muito embora, é também no período das ditaduras militares que notamos uma integração sombria: a Operação Condor, que consistia numa cooperação, consistente em uma rede de trocas de informações entre os governos latino-americanos, para facilitar as perseguições políticas, a repressão e a eliminação dos militantes políticos.

Paradoxalmente a esse quadro “condoriano”, o mais improvável aconteceu no interregno militar, que foi a emergência de uma integração cultural, desde a literatura romancista até as discussões sociológicas. Autores como o colombiano Gabriel García Márquez, vencedor do prêmio Nobel de literatura de 1982, com o já clássico livro “Cem anos de Solidão”, tornaram-se figuras populares entre a elite e a classe média letrada brasileira. Assim como se deu essa absorção da literatura latino-americana no Brasil, também se verificou um processo de exportação do cinema brasileiro aos países hispano-americanos.

Com o processo de reabertura política nos anos 1980, captamos uma nova tomada de rumo nas integrações, até que, na primeira metade da década de 1990, emerge um novo plano de integração econômica sul-americana, onde Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai se uniram em torno do chamado Mercosul, na busca de uma união alfandegária, com aguda liberação do comércio entre as partes, muito embora ainda não representando um mercado comum em sua maior plenitude.

Hoje, o comércio do Mercosul já se encontra em níveis altos de crescimento, tornando países como o Brasil e a Argentina grandes parceiros. Mesmo ainda dependentes das relações comerciais com os norte-americanos e o Velho Mundo, nunca as relações comerciais no Cone Sul criaram bases tão sólidas e consistentes.

Por fim, no presente trabalho, o qual se encontra em estágio inicial de desenvolvimento, nosso objetivo é perscrutar a política externa do Brasil nas relações com a América do Sul nos governos FHC e Lula, buscando captar se houve ou não uma maior aproximação com as nações Sul-americanas, por meio de propostas ou projetos. Com efeito, enfocaremos de forma mais específica questões como o Mercosul, objeto este de múltiplas interpretações sobre sua importância na integração internacional sul-americana, e também buscaremos observar as perspectivas que ambos os governos analisados tinham sobre a América do Sul. No que tange às fontes utilizadas na pesquisa, serão utilizadas desde entrevistas com membros do governo, passando por textos oficiais, até textos de imprensa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NOVAES, Adauto (org). *Oito Visões da América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2006.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *O Brasil e a distante América do Sul*. IN: *Revista de História*, n.º. 145, São Paulo, USP, 2001.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.